

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021](#) / [2325-663](#) / [Geral](#)

/ [Questões Objetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **1**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Com base na jurisprudência do STF, assinale a alternativa INCORRETA:

- a. O ensino religioso nas escolas públicas brasileiras pode ter natureza confessional;
- b. É constitucional lei estadual que preveja o pagamento de indenização por parte do Estado Membro a pessoas presas por motivos políticos durante a ditadura que tenham sofrido danos físicos ou psicológicos, independentemente do pagamento de indenização pela União.
- c. É possível o envio da Força Nacional de Segurança para atuar no Estado-membro sem que tenha havido pedido ou concordância do Governador.
- d. Não configura violação à separação de poderes decisão judicial que obrigue o Executivo a manter estoque mínimo de determinado medicamento;
- e. Os transgêneros podem mudar o nome e o gênero (sexo) no registro civil independentemente da cirurgia de transgenitalização ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes.



## Questão 2

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a. É inexigível autorização de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo também desnecessária autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes.
- b. Em regra, a colisão da liberdade de expressão com os direitos da personalidade será resolvida pela retificação, pelo direito de resposta ou pela reparação civil, não pela retirada de matéria jornalística de circulação;
- c. É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- d. Considerando que o Brasil é um Estado laico, está vedada a prestação de assistência religiosa em entidades públicas, civis ou militares, de interação coletiva.
- e. Está protegida pela liberdade de expressão a manifestação pública em defesa da abolição de crime, não sendo considerada incitação à prática de fato criminoso;



## Questão 3

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Assinale a alternativa CORRETA:

- a. O tribunal de contas pode assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;
- b. Qualquer partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades ao Tribunal de Contas da União, não podendo a denúncia ser feita diretamente por cidadãos.
- c. O tribunal de contas pode determinar, nos processos de sua competência, a quebra do sigilo bancário de dados.
- d. O tribunal de contas não tem atribuição para sustar a execução de atos impugnados;
- e. O Ministério Público possui legitimidade para ajuizar a execução de título executivo extrajudicial decorrente de condenação proferida pelo Tribunal de Contas.

## Questão 4

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.
- b. Os princípios da separação dos poderes e do fomento à educação são violados por decisões judiciais que geram bloqueio, penhora ou sequestro, para fins de quitação de débitos trabalhistas, de verbas públicas destinadas à merenda, ao transporte de alunos e à manutenção das escolas públicas.
- c. As escolas privadas são obrigadas a oferecer atendimento educacional adequado e inclusivo a pessoas com deficiência. Podem, porém, cobrar um valor adicional na mensalidade por causa disso;
- d. A garantia constitucional da gratuidade de ensino não obsta a cobrança, por universidades públicas, de mensalidade em curso de especialização.  
d) As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.
- e. Lei municipal que proíba a utilização de material com referência à "ideologia de gênero" nas escolas municipais é formal e materialmente inconstitucional, pois viola o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, entre outras disposições constitucionais, e invade competência privativa da União.



## Questão 5

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

No que tange ao controle de constitucionalidade, assinale a alternativa INCORRETA:

- a. Não cabe ação direta de inconstitucionalidade contra Resolução do CNMP.
- b. No Brasil, o controle de constitucionalidade usa como paradigma o bloco de constitucionalidade, que é composto pelo texto da Constituição e por normas constitucionais não expressamente incluídas no texto da Constituição;
- c. A decisão do relator que admite ou inadmite o ingresso do amicus curiae é irrecorrível.
- d. No controle abstrato de constitucionalidade, o STF não está vinculado aos fundamentos jurídicos invocados pelo autor;
- e. Não há impedimento, nem suspeição de ministro, nos julgamentos de ações de controle concentrado, exceto se o próprio ministro alegar razões de foro íntimo para não participar;

◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTO EM EDITAL.

Seguir para...

Questões Subjetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito. ▶



[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021.](#) / [2325-663](#) / [Geral](#)

/ [Questões Objetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito.](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **6**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre processo administrativo federal, assinale a opção incorreta:

- a. O recurso administrativo não tem efeito suspensivo, salvo disposição legal em contrário.
- b. Se o interessado desistir do pedido formulado, a administração não pode determinar seu prosseguimento.
- c. Em respeito ao princípio da verdade material, não há presunção de culpa, confissão ou renúncia a direito quando o interessado deixa de atender à intimação.
- d. Pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, portadoras de deficiência física ou mental e de doenças graves têm direito à prioridade de tramitação de seus processos administrativos, em qualquer órgão ou instância.
- e. As provas solicitadas pelo interessado só podem ser indeferidas quando forem ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.



## Questão 7

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

No que concerne à Administração Indireta, assinale a alternativa incorreta:

- a. As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado cujos agentes ocupam emprego público e se sujeitam à regra constitucional de vedação à acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas.
- b. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei específica ou decreto, para prestação de serviço público, submetendo-se ao regime de precatório.
- c. Não se submetem ao regime de precatório as empresas públicas dotadas de personalidade jurídica de direito privado com patrimônio próprio e autonomia administrativa que exerçam atividade econômica sem monopólio e com finalidade de lucro.
- d. As empresas públicas sujeitam-se à realização de concurso público.
- e. É aplicável o regime dos precatórios às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial.



## Questão 8

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre os agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a. Os servidores ocupantes de cargo exclusivamente em comissão não se submetem à regra da aposentadoria compulsória prevista no art. 40, § 1º, II, da CF/88.
- b. havendo compatibilidade de horários, é possível a acumulação remunerada de até três cargos públicos de professor;
- c. É permitida a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- d. O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- e. As funções de confiança podem ser exercidas por ocupantes de cargo efetivo ou de cargo em comissão.



## Questão 9

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre o poder de polícia, assinale a alternativa correta:

- a. Em geral, ele é vinculado, não discricionário.
- b. Regula a prática de ato, não a abstenção de fato.
- c. Insuscetível de controle judicial, por causa da autoexecutoriedade.
- d. Se aplica quando há sujeição especial do indivíduo ao Estado, ou seja, nos casos de servidores públicos, contratados pelo ente público, etc.
- e. Uma das características do poder de polícia é a autoexecutoriedade, prerrogativa que a Administração tem para implementar seus atos, sem a necessidade de manifestação prévia do Poder Judiciário.

◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTO EM EDITAL.

Seguir para...

Questões Subjetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito. ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021](#) / [2325-663](#) / [Geral](#)

/ [Questões Objetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **10**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

As causas de extinção da punibilidade tratam do desaparecimento da pretensão punitiva ou executória do Estado, em razão de específicos obstáculos previstos em lei, por razões de política criminal. Sobre elas, assinale a alternativa falsa:

- a. O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais.
- b. A abolitio criminis constitui uma situação de lei penal posterior mais benigna, que deve alcançar, inclusive, fatos definitivamente julgados, ainda que em fase de execução.
- c. Em caso de morte do agente, extingue-se a punibilidade, não podendo a pena alcançar os herdeiros do agente, salvo quanto à obrigação de reparação de dano, no limite do patrimônio herdado.
- d. As causas extintivas da punibilidade relacionadas no artigo 107 do Código Penal Brasileiro são exemplificativas, podendo serem encontradas diversas outras, tanto no mesmo ordenamento jurídico, como na legislação especial esparsa.
- e. A anistia, causa de extinção da punibilidade, consiste em ato de clemência cuja concessão cabe ao presidente da República, por meio de decreto, inaplicável a crimes hediondos, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e terrorismo.



## Questão 11

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre a prescrição no direito penal, assinale o item falso:

- a. São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos. Assim, de acordo com o STJ, a redução do prazo prescricional à metade, com base no art. 115 do Código Penal, aplica-se aos réus que atingirem a idade de 70 anos até a primeira condenação, tenha ela se dado na sentença ou no acórdão.
- b. Os crime de racismo, cometidos por grupos armados contra o Estado e a tortura são imprescritíveis.
- c. O cálculo da prescrição da pretensão punitiva no concurso de crimes é feito isoladamente para cada um dos crimes praticados, desconsiderando-se o acréscimo decorrente do concurso formal ou material ou da continuidade delitiva.
- d. O STF e o STJ afirmam que é inadmissível a prescrição virtual em virtude da ausência de previsão legal para tal instituo.
- e. Tratando-se de crimes continuados, a prescrição é regulada pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.



## Questão 12

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre os crime contra a Administração Pública, assinale o item correto:

- a. O crime de concussão exige o resultado material, consumando-se com a percepção da vantagem indevida. Além disso, como o sujeito ativo é o funcionário público, não é possível a coautoria ou a participação de particular, por se tratar de crime próprio.
- b. Nos termos do art. 327, §2º do Código Penal, a pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes contra a Administração Pública forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público. Em razão do princípio da taxatividade, o STF tem afastado a aplicação de tal causa de aumento aos detentores de mandatos eletivos (agentes políticos).
- c. Para a configuração do crime de descaminho, é necessária a constituição definitiva do crédito tributário por processo administrativo-fiscal.
- d. Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública. Assim, de acordo com o entendimento dos tribunais superiores, estagiários de órgãos públicos e diretor de Organização Social são considerados funcionários públicos para fins penais.
- e. De acordo com o STF, o crime de desacato não foi recepcionado pela Constituição Federal, pois, de acordo com a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, a previsão de tal crime no Ordenamento Jurídico representaria uma restrição indevida à liberdade de expressão e funcionaria como limitação ao controle dos agentes públicos, que naturalmente devem se submeter a um maior crivo crítico.

## Questão 13

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre os crime contra a ordem tributária e tortura, assinale o item falso:

- a. No crime de tortura em que a pessoa presa ou sujeita a medida de segurança é submetida a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal, não é exigido, para seu aperfeiçoamento, especial fim de agir por parte do agente.
- b. A condenação pelo crime de tortura acarretará, após o trânsito em julgado, a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada. Trata-se de efeito automático da condenação, que independe de motivação explícita na sentença.
- c. A empresa ABCD Ltda. recebeu auto de infração no valor de R\$ 300 mil reais, no qual, além de ser cobrado o valor do imposto devido e juros, também foi aplicada multa, em razão de ter a fiscalização fazendária apurado que a empresa prestou informações falsas ao Fisco com a finalidade de reduzir o valor do tributo devido. Da lavratura do auto de infração, o Auditor Fiscal remeteu Representação Fiscal para Fins Penais ao Ministério Público para que fossem tomadas as medidas no âmbito do direito penal. O membro do Ministério Público instaurou um PIC para apurar os fatos e obteve a informação por parte do Fisco que a empresa ABCD Ltda. recorreu administrativamente do auto de infração lavrado. Diante de tal situação, não estará tipificado o crime contra a ordem tributária, previsto no artigo 1º, I, da Lei nº 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo.
- d. Incide o princípio da insignificância aos crimes tributários federais e de descaminho quando o débito tributário verificado não ultrapassar o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a teor do disposto no art. 20 da Lei n. 10.522/2002, com as atualizações efetivadas pelas Portarias n. 75 e 130, ambas do Ministério da Fazenda. Contudo, em regra, não se aplica o princípio da insignificância para o agente que praticou descaminho se ficar demonstrada a sua reiteração criminosa.
- e. Delegado de polícia de determinada comarca do interior do estado tem ciência de que houve uma sessão de tortura no interior da delegacia, atos praticados por policiais que estavam de plantão na noite anterior e teria submetido um preso à violência física e moral. Mesmo tendo o dever legal para tanto, o delegado de polícia resolve não apurar os fatos. Dessa sorte, cometeu o crime de tortura por omissão, crime equiparado a hediondo.



◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTO EM EDITAL.

Seguir para...

Questões Subjetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito. ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021.](#) / [2325-663](#) / [Geral](#)

/ [Questões Objetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito.](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **14**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre investigação criminal, assinale a alternativa falsa:

- a. A função institucional do controle externo da atividade policial que lhe é atribuída pela Constituição Federal não permite que o representante do Ministério Público, no inquérito policial, assuma a presidência do inquérito no lugar da autoridade policial.
- b. É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- c. É inviável anulação do processo penal por alegada irregularidade no inquérito, pois, segundo jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal, as nulidades processuais concernem tão somente aos defeitos de ordem jurídica pelos quais afetados os atos praticados ao longo da ação penal condenatória, de sorte que as nulidades da fase do inquérito não contaminam a ação penal.
- d. O magistrado não pode requisitar o indiciamento em investigação criminal. Isso porque o indiciamento constitui atribuição exclusiva da autoridade policial. Contudo, deve-se levar em conta que o indiciamento não vincula o Ministério Público quando do oferecimento de eventual ação penal.
- e. A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito, salvo nas hipóteses de manifesta atipicidade da conduta criminosa.



## Questão 15

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre ação penal, assinale o item falso:

- a. A denúncia contra Prefeito por crime ocorrido em licitação municipal deve indicar, ao menos minimamente, que o acusado tenha tido participação ou conhecimento dos fatos supostamente ilícitos. O Prefeito não pode ser incluído entre os acusados unicamente em razão da função pública que ocupa, sob pena de violação à responsabilidade penal subjetiva, na qual não se admite a responsabilidade presumida.
- b. No caso de morte do ofendido, a ordem preferencial para se exercer o direito de queixa, segundo o que dispõe o Código de Processo Penal, é cônjuge, ascendente, descendente e irmão.
- c. A denúncia deverá conter a exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias, não podendo a agravante da reincidência ser reconhecida se não imputada na inicial acusatória.
- d. É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do ministério público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.
- e. Em caso de norma penal em branco, a denúncia deverá explicitar qual é o complemento, sob pena de ser considerada inepta.



## Questão 16

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Assinale a alternativa correta:

- a. A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Federal.
- b. Em se tratando de cooperação internacional em que o Estado Brasileiro se compromete a promover o julgamento criminal de indivíduo cuja extradição é inviável em função de sua nacionalidade, exsurge o interesse da União, o que atrai a competência da Justiça Federal para o processamento e julgamento da ação penal, conforme preceitua o art. 109, III, da Constituição Federal.
- c. A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da qualificação do órgão expedidor do documento.
- d. Compete à Justiça Estadual processar e julgar os crimes consistentes em disponibilizar ou adquirir material pornográfico, acessível transnacionalmente, envolvendo criança ou adolescente, ainda quando praticados por meio da internet, o que não é suficiente para atrair a competência federal.
- e. A inobservância da competência penal por prevenção gera nulidade absoluta do processo.

Questão **17**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Acerca das nulidades no processo penal, assinale o item correto:

- a. Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se necessária também a intimação da data da audiência no juízo deprecado.
- b. É cabível no processo penal a citação por hora certa. Contudo, o ato citatório será nulo se o oficial de justiça deixa de consignar na certidão os horários em que realizou as diligências.
- c. No âmbito criminal, é vedado ao magistrado reconhecer de ofício a nulidade relativa sem que haja a devida provocação das partes nesse sentido.
- d. A ausência de intimação da expedição de carta precatória para a inquirição de testemunhas gera, segundo entendimento sumulado do STF, nulidade absoluta, por cerceamento de defesa e violação do devido processo legal.
- e. É válida citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerce sua jurisdição.



◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTO EM EDITAL.

Seguir para...

Questões Subjetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito. ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021](#) / [2325-663](#) / [Geral](#)

/ [Questões Objetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **18**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Assinale a alternativa correta:

- a. Bens de uso comum do povo são os bens públicos que constituem o patrimônio disponível e alienável da pessoa jurídica de Direito Público, abrangendo tanto móveis quanto imóveis.
- b. Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas. Contudo, se estenderem a atividade por mais de um Estado, caberá o encargo ao Ministério Público Federal.
- c. De acordo com a "teoria do patrimônio mínimo", desenvolvida por Luiz Edson Fachin, deve-se assegurar à pessoa um mínimo de direitos patrimoniais, para que viva com dignidade. Tal teoria, contudo, não impede, em respeito à autonomia da vontade, a doação universal de bens, por exemplo.
- d. De acordo com o Código Civil, tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, caberá ao Ministério Público, ou qualquer interessado, promover judicialmente a sua alteração finalística, no prazo de 180 dias.
- e. Os bens públicos, móveis ou imóveis, não estão sujeitos a usucapião, eis que há a imprescritibilidade das pretensões a eles referentes.



Questão **19**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Assinale a alternativa falsa:

- a. Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- b. O termo inicial do prazo de prescrição para o ajuizamento da ação de indenização por danos decorrentes de crime (ação civil ex delicto) é a data do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- c. O juiz não pode reconhecer de ofício a decadência convencional.
- d. Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- e. As partes podem alterar, de comum acordo, os prazos de prescrição, inclusive mediante renúncia expressa ou tácita.



◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTO EM EDITAL.

Seguir para...

Questões Subjetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito. ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021.](#) / [2325-663](#) / [Geral](#)

/ [Questões Objetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito.](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **20**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre as normas fundamentais e da aplicação das normas processuais, é INCORRETO afirmar:

- a. Há prestígio ao princípio da boa-fé.
- b. Não existe completo acolhimento dos princípios constitucionais da administração pública pela principiologia fundamental do processo civil.
- c. A paridade de armas, garantida às partes, não prescinde da garantia do regular contraditório.
- d. A aplicação imediata da regra processual nova respeita situações jurídicas consolidadas e o direito adquirido.
- e. Em regra, não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.



Questão **21**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

No que se refere às nulidades do processo civil:

- a. O dever de alegar a nulidade na primeira oportunidade de falar nos autos, sob pena de preclusão, também é uma proteção ao princípio da proteção da confiança.
- b. Na decisão sobre as nulidades, é possível aplicar o princípio da fungibilidade, se o juiz puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação daquelas.
- c. Ao pronunciar a nulidade, o juiz declarará que atos são atingidos e ordenará as providências necessárias a fim de que sejam repetidos ou retificados.
- d. Contemplam a vedação ao *venire contra factum proprium*.
- e. Todas as alternativas estão corretas.

Questão **22**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Para a Lei de Ação Civil Pública:

- a. Não há aplicação de regras do Código de Defesa do Consumidor no regramento da defesa judicial coletiva dos interesses e direitos de vítimas;  
regras do Código de Defesa do Consumidor no regramento da defesa judicial coletiva dos interesses e direitos de vítimas;
- b. O arquivamento do inquérito civil público é, em regra, feito em juízo;
- c. O Ministério Público está sujeito, no caso de comprovada má-fé, a condenação em honorários de advogado, custas e despesas processuais.
- d. Há rol de legitimados ativos, mas se reserva apenas a um órgão público a atribuição de presidir inquérito civil público;
- e. Há dever para qualquer cidadão informar ao Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção;

Questão **23**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre os Recursos no Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:

- a. Os prazos dos recursos são de 15 dias, salvo o de embargos de declaração;
- b. Foi mantido o recebimento da apelação com duplo efeito, suspensivo e devolutivo;
- c. As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.
- d. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso; a desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.
- e. Nos embargos de declaração, é facultativa a intimação da parte embargada, ainda que o eventual acolhimento traga efeitos modificativos;

◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTO EM EDITAL.

Seguir para...

Questões Subjetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito. ►



[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021.](#) / [2325-663](#) / [Geral](#)

/ [Questões Objetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito.](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **24**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre os princípios do Direito Ambiental, assinale a alternativa incorreta:

- a. O princípio do usuário-pagador atribui ao usuário de recursos naturais o ônus de pagar contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.
- b. O princípio da precaução exige que, em caso de ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não seja utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental;
- c. O princípio do poluidor-pagador atribui ao poluidor o ônus de reparar o dano ambiental que advenha de sua conduta poluente, amparando-se na ideia de que é dado ao poluidor pagar para poluir;
- d. O princípio do desenvolvimento sustentável propugna pela ideia de dever ser almejada uma forma de desenvolvimento que satisfaça as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades, associando as ideias de desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente correto.
- e. O princípio da solidariedade intergeracional sinaliza o imperativo de, no uso atual de recursos naturais, serem levadas em conta as necessidades das gerações futuras de uso desses mesmos recursos, a fim de que não sejam os seres humanos futuros prejudicados por escassez provocada pela sobre-exploração do meio ambiente na atualidade;



Questão **25**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre a Lei n. 6.938/1981, que traz a Política Nacional do Meio Ambiente, assina a alternativa incorreta.

- a. A Política Nacional do Meio Ambiente define meio ambiente como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida humana em todas as suas formas, pautando-se, assim, numa perspectiva antropocêntrica do Direito Ambiental.
- b. O objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente de viabilizar a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida visa a instrumentalizar condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.
- c. O conceito de poluição, na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, remete à degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; ou lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;
- d. Dentre os princípios regentes da Política Nacional do Meio Ambiente, encontra-se a educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.
- e. A Política Nacional do Meio Ambiente incorpora o princípio do desenvolvimento sustentável ao prever como objetivo a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTO EM EDITAL.

Seguir para...

Questões Subjetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito. ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021.](#) / [2325-663](#) / [Geral](#)

/ [Questões Objetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito.](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **26**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Quanto aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa incorreta:

- a. Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;
- b. É assegurado a todos o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, mediante pagamento de taxas, quando previsto em lei;
- c. A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;
- d. ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- e. As provas obtidas por meios ilícitos são inadmissíveis no processo para fins de embasamento de acusações penais;



## Questão 27

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Segundo o texto da Constituição da República Federativa do Brasil,

- a. Compete à União e aos Estados Federados demarcar e proteger as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, bem como assegurar o respeito a todos os seus bens.
- b. Os títulos de domínio particular incidentes sobre terras indígenas são nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, mas o reconhecimento da nulidade pode ensejar indenização ao proprietário de boa-fé pela perda do domínio.
- c. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto não exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- d. As terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas exercidos são imprescritíveis.
- e. Ao Congresso Nacional é permitido autorizar o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais em terras indígenas, ficando assegurada aos indígenas a participação nos resultados da lavra, enquanto não promulgada lei regulamentando a questão.



## Questão 28

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil:

- a. É assegurada a irredutibilidade do valor dos benefícios da seguridade social, excetuadas situações de grave crise econômica e risco fiscal, mediante autorização do Congresso Nacional por meio de Decreto Legislativo, limitada a redução possível a 10% do valor nominal de cada benefício.
- b. Não há uniformidade de benefícios entre populações urbanas e rurais, devido às especificidades do trabalho rural, de modo a haver benefícios particularmente destinados a esse público.
- c. A universalidade de cobertura e atendimento é um objetivo da seguridade social.
- d. A seguridade social é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, recebendo aportes de recursos, por exemplo, de União, Estados e Distrito Federal, mas não de Municípios, já que isentos do custeio da seguridade por disposição constitucional.
- e. A seguridade social destina-se a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, à assistência social e ao trabalho.

◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTO EM EDITAL.

Seguir para...

Questões Subjetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito. ▶



[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021.](#) / [2325-663](#) / [Geral](#)

/ [Questões Objetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito.](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **29**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre os princípios constitucionais da Ordem Econômica, assinale a alternativa CORRETA:

- a. Segundo o STF empresas não podem terceirizar sua atividade-fim, pois isso ofende o princípio da valorização do trabalho humano previsto no art. 170 da Constituição da República de 1988.
- b. Segundo o STF, o princípio da Livre Iniciativa, tal qual prevista no art. 170 da Constituição da República de 1988, veda que haja limitação legal a produção e venda de veículos automotores a Pessoas Com Deficiência.
- c. Segundo o STF, o princípio da Livre Iniciativa deve ter leitura sistemática com outros direitos constitucionalmente garantidos, inclusive em relação a Ordem Econômica, como a valorização do trabalho humano e, por isso, é possível edição de Medida Provisória que obrigue a conservação de vínculos de trabalho em razão da pandemia de Covid-19.
- d. Segundo o STF, na atuação do Estado sobre domínio econômico, a política de fixação de preços constitui uma limitação de lucros, razão pela qual a indenizabilidade de eventual dano atinge todo o prejuízo verificado, mediante perícia, a segmentos empresariais afetados por normas desse tipo.
- e. Segundo o STF é constitucional restringir atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo.



Questão **30**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Sobre Direito do Consumidor, assinale a alternativa INCORRETA:

- a. A ausência de informação relativa ao preço de determinado produto pode caracterizar propaganda enganosa.
- b. Dano ao consumidor verificado em relação a cargas e mercadorias em transporte aéreo internacional não se submetem plenamente ao Código de Defesa do Consumidor, conquanto deva ser verificada as limitações constantes em tratados internacionais firmados pelo Estado Brasileiro.
- c. A publicidade de produtos alimentícios dirigida ao pública infantil é sempre abusiva.
- d. É prática comercial abusiva e propaganda enganosa o lançamento de dois modelos diferentes para o mesmo automóvel, no mesmo ano, ambos anunciados como novo modelo para o próximo ano.
- e. Segundo o STJ a matriz de posto de gasolina que veicula propaganda enganosa ou abusiva não pode ser condenada a realização de contrapropaganda por suas filiais.



◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTO EM EDITAL.

Seguir para...

Questões Subjetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito. ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021.](#) / [2325-663](#) / [Geral](#)

/ [Questões Objetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito.](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **31**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a. A inelegibilidade reflexa aplica-se ao cônjuge e aos parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, dos chefes do Poder Executivo ou de seus substitutos nos seis meses anteriores ao pleito. Trata-se de causa de inelegibilidade restrita ao território de jurisdição do titular do mandato, e que não se aplica aos cônjuges e parentes que já exerçam mandato eletivo e pretendam se candidatar à reeleição.
- b. Denomina-se inelegibilidade o impedimento ao exercício da capacidade eleitoral passiva do cidadão. Classificam-se como absolutas as inelegibilidades que impedem a candidatura para qualquer cargo eletivo, e como relativas aquelas que obstam a postulação a cargos específicos.
- c. A causas de inelegibilidade não se confundem com as condições de elegibilidade. Entretanto, ambas dizem respeito à capacidade eleitoral passiva do cidadão, e suas hipóteses podem ser ampliadas mediante emenda constitucional, lei complementar ou lei ordinária.
- d. As arguições judiciais de inelegibilidade devem ser apresentadas perante os Tribunais Regionais Eleitorais quando se tratar de candidato a Senador, Governador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital, e perante os Juízes Eleitorais quando se tratar de candidato a Prefeito e Vereador.
- e. João da Floresta foi condenado pela prática do crime do art. 50-A da Lei nº 9.605-98, e sua condenação foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal em 2020, mas ainda não transitou em julgado. Por esse motivo, João da Floresta está inelegível para qualquer cargo eletivo e, caso decida se candidatar nas eleições de 2022, seu registro de candidatura poderá ser impugnado pelo Ministério Público Eleitoral.



Questão **32**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a. Pratica crime eleitoral o candidato que, em sua propaganda, utiliza símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista. Trata-se de crime de ação penal pública, mas, em caso de inércia do Ministério Público Eleitoral, admite-se o oferecimento de ação penal privada subsidiária da pública.
- b. A Justiça Eleitoral é composta pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos Tribunais Regionais Eleitorais, Juízes Eleitorais e Juntas Eleitorais. Trata-se de uma Justiça Especializada cuja competência e organização devem ser previstas em Lei Complementar.
- c. O Ministério Público Eleitoral não possui estrutura própria, e é composto pelo Procurador-Geral Eleitoral, por Procuradores Regionais Eleitorais e Promotores Eleitorais. Os Procuradores Regionais Eleitorais serão sempre membros do Ministério Público Federal, e atuarão perante os Tribunais Regionais Eleitorais. Já os Promotores Eleitorais serão sempre oriundos do Ministério Público Estadual, e atuarão perante os Juízes Eleitorais.
- d. A legislação eleitoral prevê que, nas eleições proporcionais, cada partido ou coligação deve preencher o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. A exigência ficou conhecida como "cota de gênero na política", por se tratar de medida que busca ampliar a representatividade feminina. Assim, o registro de candidatura feminina realizado exclusivamente para o preenchimento do percentual mínimo, por candidata que não se propõe a efetivamente disputar a eleição, configura o crime de falsidade ideológica eleitoral.
- e. Compete aos Juízes Eleitorais processar e julgar os crimes eleitorais previstos pelo Código Eleitoral e pela legislação esparsa. Quando se verificar a prática de crime comum conexo a crime eleitoral, não haverá julgamento conjunto, cabendo à Justiça comum, federal ou estadual, processar e julgar o crime comum.



◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTO EM EDITAL.

Seguir para...

Questões Subjetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito. ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [1º Processo Seletivo de estagiários de 2021](#) / [2325-663](#) / [Geral](#)

/ [Questões Objetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito](#) / [Visualização prévia](#)

Você pode visualizar este teste, mas se isto fosse uma tentativa real, você seria bloqueado porque:

Atualmente este questionário não está disponível.

Questão **33**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a. Segundo entendimento consolidado do STJ as sanções em diferentes esferas (cíveis e administrativas), são comunicáveis.
- b. A demissão em Processo Administrativo Disciplinar afeta a continuidade do pedido de perda da função pública em Ação de Improbidade Administrativa, por perda do objeto.
- c. A sanção de perda da função pública deve se limitar aos casos de maior gravidade, de acordo com o trinômio dano causado, intenção do agente e proveito proporcionado e obtido.
- d. A sanção de perda de direito políticos no decurso de Ação de Improbidade Administrativa implica inelegibilidade posterior, a ser declarada mediante procedimento específico perante da Justiça Eleitoral.
- e. Segundo entendimento consolidado do STJ, as penalidades previstas na Lei nº 8.429/92 não permitem interpretação extensiva.



Questão **34**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Assinale a alternativa CORRETA:

- a. Segundo o STJ a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa tem caráter autônomo.
- b. A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa devem ser feitas de maneira isolada.
- c. A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa deve ser feitas de maneira cumulativa.
- d. Nenhuma das anteriores.
- e. Segundo o STJ, não é possível a aplicação das sanções da Lei de Improbidade Administrativa aos membros do Ministério Público.

Questão **35**

Ainda não respondida

Vale 2,00 ponto(s).

Assinale a alternativa CORRETA:

- a. Nenhuma das anteriores.
- b. Segundo tese firmada em Repercussão Geral perante o STF, é imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.
- c. A pretensão de ressarcimento por atos de improbidade administrativa que foram praticados antes da edição da Lei nº 8.429/92 se submetem ao prazo da ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil.
- d. São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário com base na prática de ato de improbidade administrativa tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.
- e. Há sempre diferença no tratamento da prescritibilidade da pretensão de ressarcimento em relação a atos ilícitos que configurem improbidade administrativa quando eles são praticados com dolo ou com culpa.



◀ A PROVA OCORRERÁ NO HORÁRIO DE MANAUS DE: 13:00H ÀS 15:30H. É TERMINANTEMENTE PROIBIDO TENTAR ACESSAR A PROVA ANTES DO HORÁRIO E DATA PREVISTO EM EDITAL.

Seguir para...

Questões Subjetivas - 1º Processo Seletivo de Estagiários de 2021 - Pós-Graduação em Direito. ▶